

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo**Economia Brasil*

Linhas Cruzadas

DECLARA o Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, que as mudanças no Plano Cruzado vão atingir o setor público mediante a redução dos gastos do Governo. Haverá cortes nas despesas diretas, redução de incentivos fiscais e de subsídios — principalmente ao trigo.

Não necessariamente na contramão dessas declarações, porém num diapasão diferente, vem o Ministro do Planejamento, João Sayad, declarar no mesmo dia que é difícil cortar o gasto público: recomenda “prudência e cautela” na condução da segunda etapa do Plano Cruzado, a fase de ajustes dos preços, da demanda e dos gastos públicos, que ainda não está discutida e avaliada com a profundidade que o assunto impõe.

Numa democracia não se supõe que todos falem no mesmo tom e repitam as mesmas palavras. Nem se deve exigir do Governo que declare que vai modificar o câmbio, ou tomar medidas que afetem instantaneamente o mercado financeiro com anúncios de véspera. Entre isso, porém, e a necessária coerência no trato da coisa pública, vai uma grande distância.

Quais os problemas que podem abalar as fundações do Cruzado? Há um virtual consenso nacional sobre eles. O que inexistente é clareza sobre como, quando e em que circunstâncias os membros da equipe econômica do Governo irão atacá-los.

Foi um colaborador próximo do Ministro João Sayad, o Secretário do Tesouro, Andrea Calabi, quem com todas as letras do alfabeto caracterizou o excesso de gastos públicos. O Senhor Calabi recolheu-se depois disso a um silêncio tumular, provavelmente por ter colocado o dedo numa ferida que remexe nas correntes subterrâneas de interesses da máquina pública e por ter frustrado a retórica contra outros agentes da sociedade, levados ao pelourinho como responsáveis pelos males da República. O sistema financeiro, por exemplo.

Depois de ter o próprio Tesouro confessado o excesso de gastos, como acusar o sistema financeiro pela alta nas taxas de juros? Esse outro ponto crítico para qualquer política econômica — pois ninguém

investe quando os juros são excessivamente altos e se estimulam apenas as atividades meramente especulativas — é influenciado pelo déficit do Tesouro e a atuação das autoridades monetárias. Com o Banco Central atuando no mercado de dinheiro a taxas básicas de 2,59% ao mês e lançando seus papéis livres de Imposto de Renda, como esperar que o custo do dinheiro no mercado da poupança privada barateie, ou que caia o custo das duplicatas? A revisão do Cruzado passa, portanto, de maneira muito simples e direta, pela questão central do desequilíbrio nas contas públicas, pelo fim dos subsídios e da pressão que o Estado exerce para financiar seu consumo e o consumo de suas empresas.

Tem razão o Governo quando acusa a insensibilidade dos bancos internacionais para os problemas do endividamento externo. Esse ponto crucial, se não for solucionado através da redução dos custos e encargos com a rolagem da dívida, continuará obrigando o país a gerar megassuperávits e cortar no consumo doméstico, ou a perder reservas, o que irá gerar uma nova crise de balanço de pagamentos de efeitos imprevisíveis.

Solucionar esse aspecto da complexa equação da economia brasileira requer uma retórica menos patrioteira e um diálogo mais objetivo com os nossos credores. É preciso cultivar o sentimento de interdependência no mundo do qual participamos e propor esquemas fora das rotinas que seguimos ao longo dos últimos anos, com o acúmulo de dívidas financeiras e queda nos investimentos diretos em capital de risco. O que o país precisa é de investimentos em capital fixo, e para atrair recursos terá que mudar de retórica, abandonando a xenofobia.

Será difícil convencer a população a botar mais dinheiro nas mãos do Tesouro, seja sob a forma de Imposto de Renda, ou de empréstimos ou em qualquer outra modalidade, enquanto continuarem penduradas no ar as variáveis fundamentais, nomeadamente aquelas que dependem do corte da gordura estatal. Muito a propósito, convém lembrar a incapacidade do Governo para se desfazer de empresas públicas, até mesmo das mal geridas.